

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Clecia Aparecida Gomes

ANÁLISE DO(S) CONCEITO(S) SOBRE EDUCAÇÃO PRESENTE(S) NAS PROPOSTAS
DE FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DO ESPAÇO URBANO, ORIENTADAS PELA
TEORIA URBANÍSTICA DE LUIZ IGNÁCIO ROMEIRO DE ANHAIA MELLO PARA A
CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1920

Trabalho de Conclusão de Curso II orientado pela professora Dra. Maria Stella Martins Bresciani, professora colaboradora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, exigência parcial para obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia.

Campinas, 2012

[resumo]

Este estudo insere-se nas discussões acerca da formação do urbanismo como campo conceitual e tem como tema de análise o pensamento urbanístico formulado nas primeiras décadas do século XX no Brasil. O objetivo de investigação consiste em compreender o(s) conceito(s) sobre educação presente(s) nas propostas de formação e intervenção no espaço urbano, orientadas pela teoria urbanística do engenheiro Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, para a cidade de São Paulo na década de 1920. As preocupações do estudo situam-se entre os debates educacionais e urbanos, que têm dimensão essencialmente política no período. Busca-se perceber a influência das formulações teóricas do campo educacional no pensamento do engenheiro na busca de soluções para as questões urbanas. As fontes privilegiadas para análise foram publicadas no livro Problemas de Urbanismo (1929), compêndio de conferências proferidas por Anhaia Mello em associações civis no decorrer da década de 1920.

Palavras-chave: Educação, história Urbana, Cidade, Luiz de Anhaia Mello

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

G585a Gomes, Clecia Aparecida, 1982-
Análise do(s) conceito(s) sobre educação presente(s)
nas propostas de formação e intervenção no espaço
urbano, orientadas pela teoria urbanística de Luiz Ignácio
Romeiro de Anhaia Mello para a cidade de São Paulo na
década de 1920 / Clecia Aparecida Gomes. – Campinas,
SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Mello, Luiz de Anhaia. 2. Educação. 3. Urbanismo –
História. 4. Política. I. Bresciani, Maria Stella Martins, 1939-
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

12-303-BFE

**Aos meus pais,
com amor e gratidão**

**Aos meus três irmãos,
com amor e admiração**

**... e de forma especial,
à Gabriela e Gustavo,
com muito amor, gratidão, admiração e dedicação**

[sumário]

[introdução]	1
[capítulo 1] Transformações urbanas, controle social e a formação do cidadão	4
[1.1] A cidade de São Paulo: transformações urbanas e engenharia	8
[1.2] O engenheiro Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello	15
[1.3] <i>A Árvore do Urbanismo</i> : a teoria urbanística de Anhaia Mello	17
[capítulo 2] A discussão educacional nos anos de 1920 no Brasil: cidade, cidadão, projetos políticos	21
[2.1] A atuação dos membros da Associação Brasileira de Educação	23
[capítulo 3] – <i>Problemas de Urbanismo....</i> problemas de educação?	35
Considerações Finais	42
Referências bibliográficas	43

*A educação não é uma instrumentalização neutra.
Pelo contrário, sob uma variedade de formas, é inerentemente política.*

(Kenneth Teitelbaum; Michael Apple)

[introdução]

As concepções sobre educação presentes no pensamento urbanístico elaborado por intelectuais da elite brasileira tornou-se um objeto de meus interesses de estudo, sobretudo no sentido de atentar para os referenciais teóricos que fundamentaram o campo conceitual do urbanismo, em formação no Brasil nos anos iniciais do século XX.

O interesse por estas questões, despertado durante o período de formação no curso de graduação em Pedagogia e, notadamente, a partir da minha experiência como bolsista no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC-IFCH-UNICAMP), apontou possibilidades de uma compreensão sobre possíveis confluências entre as ideias educacionais e urbanas no Brasil, ocorridas na Primeira República.

A preocupação inicial deste estudo era compreender o(s) conceito(s) sobre educação presente(s) nas propostas de formação e intervenção do espaço urbano, orientadas pela teoria urbanística de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, para a cidade de São Paulo nos anos da década de 1920. Para isso, considerei a atuação destacada deste engenheiro na formulação do pensamento urbanístico paulistano e, especialmente, na difusão deste ideário entre os membros da sociedade da época.

No primeiro capítulo abordo as considerações acerca das transformações urbanas atreladas a projetos políticos que priorizavam o controle da população pobre no contexto das cidades industriais desenvolvidas nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. Situo neste contexto as ações destinadas ao controle da população pobre e formação do cidadão no Brasil Republicano, com destaque para as ações ocorridas na cidade de São Paulo. Aponto ainda o papel das elites brasileiras na atuação sobre o social nos anos da década de 1920, destacando a atuação do profissional da engenharia, em especial, Luiz de Anhaia Mello na elaboração de propostas de intervenção sobre o urbano.

No segundo capítulo, considero a pertinência de tratar a difusão do ideário educacional no Brasil através da atuação de membros do movimento *escolanovista*, integrantes da Associação Brasileira de Educação (ABE).

No terceiro capítulo aponto aproximações entre questões educacionais e urbanas identificadas nas ideias de Anhaia Mello.

Ao final, considero a importância de se perceber como as ideias educacionais perpassavam o pensamento de engenheiros que se dedicaram a elaborar propostas de intervenção na cidade, em especial nos anos iniciais do século XX, quando o urbanismo se constituía como campo de conhecimento.

Era como se Deus tivesse resolvido por à prova toda a capacidade de assombro e mantivesse os habitantes de Macondo num permanente vaivém do alvoroço ao desencanto, da dúvida à revelação, ao extremo de já ninguém poder saber com certeza onde estavam os limites da realidade. Era uma intrincada maçaroca de verdades e miragens, que provocou convulsões de impaciência no espectro de José Arcadio Buendia debaixo do castanheiro e o obrigou a vagar por toda a casa mesmo em pleno dia. Desde que a estrada de ferro foi inaugurada oficialmente e o trem começou a chegar com regularidade toda quarta feira as onze, e que se construiu a primitiva estação de madeira com um escritório, o telefone e um guichê para vender as passagens, eram vistos na rua de Macondo homens e mulheres que fingiam atitudes comuns e correntes, mas que na verdade pareciam gente de circo.

Cem anos de solidão, p. 217-218.
Gabriel Garcia Marquez [Rio de Janeiro: Record, 2009]

[capítulo 1]

Transformações urbanas, controle social e a formação do cidadão

Projeções utópicas orientaram projetos políticos como sociedades ideais desde o século XVI. Tais projetos compreendiam a atuação sobre a configuração do espaço físico da cidade e o aprimoramento de leis. As narrativas utópicas estruturavam-se em ideais de cidades bem configuradas onde “a arquitetura fala uma linguagem universal, a das formas ordenadas, e em leis que constroem, mas em nome da felicidade do povo” (BRESCIANI, 2010a, p.190). À partir do século XIX ocorre uma mudança paradigmática no tratamento das questões sociais. Nesta época, os projetos para o futuro da sociedade são apresentados como teorias sociais fundamentadas em critérios científicos, inseridas nas *leis universais da evolução histórica* (BRESCIANI, 2010a, p.190).

Os anos finais do século XIX apresentam um crescimento impulsivo do número de habitantes das cidades industriais, crescimento acelerado e descontrolado que trás consigo a “problemática das cidades modernas”. Stella Bresciani afirma que a “cidade se problematiza a partir da potencialidade da técnica”. Preocupados com os hábitos da população pobre destas grandes cidades engenheiros, arquitetos, políticos, médicos, observadores sociais, passam a propor intervenções no espaço urbano orientadas pela teoria médica do meio ambiente. No século XVIII esta orientação teórica concebia a cidade como meio corruptor e deformador do homem. No século XIX, a possibilidade de aplicação da técnica na transformação do meio urbano passa a conceber a cidade como “espaço que, transformado, se tornaria um meio ideal para se formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores, os bons cidadãos”. (BRESCIANI, 1991:11)

A preocupação com a formação do “bom cidadão” se pautava no controle dos hábitos de vida desta população. Essas intervenções recaíram sobre seus lares, sobre seus hábitos de

higiene, seus comportamentos sociais, os usos que faziam de seus horários de lazer. Beguin (1991:39-54) contribui para esclarecer-nos sobre como o habitar desta população torna-se, administrativa e tecnicamente, um novo domínio de intervenção política na Inglaterra nos anos finais do século XIX. As visões arquitetônicas de habitação neste período regulavam as práticas culturais da população pobre. A arquitetura aparece como um componente importante nos programas de higiene e salubridade, uma vez que as propostas de intervenção fomentavam ações diretas sobre os diversos componentes físicos do ambiente do pobre, definindo as condições gerais de habitabilidade a partir da regulação de seu uso, possibilitada pela implementação de normas técnicas.

Enquanto os homens detinham o controle de suas vidas produtivas, a organização das atividades realizadas durante um dia, ou mesmo o padrão do trabalho realizado alternava momentos de intensa atividade e ócio. As máquinas disciplinaram as operações industriais, onde o tempo do trabalho era precisamente controlado pelo relógio, bem como seus resultados previstos. O tempo de ócio era cada vez mais aglutinado, mas mesmo o trabalhador mais adaptado, rendia-se a alternância entre o trabalho na indústria e a entrega aos momentos de lazer (THOMPSON, 1998). Apresentava-se, portanto, a preocupação com o controle do tempo livre e dos espaços de lazer desta população.

A formação moral do cidadão, preocupação fundante no equacionamento dos problemas urbanos desde os anos iniciais do século XIX, integra as ações destinadas a dar solução à “questão urbana” já na primeira metade dos oitocentos (BRESCIANI, 2011, p.11). A categoria “classes perigosas” foi utilizada pela burguesia desde o começo da revolução industrial para referir-se aos habitantes dos bairros operários das grandes cidades. Tal representação do “outro” permitia descrever a população urbana como massa humana disforme e ameaça iminente. Quando parte dos trabalhadores começa a se organizar em sindicatos e associações políticas, o controle desta população passa a ser considerado “questão

social” e reclama ações baseadas na violência do Estado e em dispositivos de assistência e repressão (TOPALOV, 1996. p. 33).

No início do século XX, a atuação de reformadores frente a questões sociais torna-se especializada. As ações sobre o povo procuravam diferenciar as “classes perigosas” da “classe operária respeitável” e determinavam para cada intervenção um âmbito do saber, uma especialidade profissional e técnicas específicas. Neste contexto surge a atuação especializada sobre a “questão urbana”, a qual centraliza suas ações na vida privada do trabalhador, considerada promíscua, desprovida de condições mínimas de higiene e, em essência, desordenada ou não-normatizada (TOPALOV, 1996).

Nos anos iniciais da República no Brasil, a noção de “controle social” exprimia-se através da *força civilizadora das leis (do institucional)*, que passava “de elemento implícito e questionável frente a uma realidade sempre a ele arredia a ser aceita e defendida como o único caminho possível para permitir a continuidade de progredir” (BRESCIANI, 1976, p. 263). A premissa liberal que afirma a necessidade de igualar juridicamente os homens fundamentou a concepção de que uma sociedade onde todos são iguais deve ter presente o propósito de concretizar a participação de todos os cidadãos na vida do país através do conhecimento de seus direitos e deveres. Nesse período, “o caminhar dos esforços didáticos do Estado justaposto à ação normativa das leis traduzia a prática fundada na possibilidade de uma determinada homogeneização do social” (BRESCIANI, 1976).

Ao considerarem o controle social o conjunto de meios de intervenção, positivos ou negativos, atuantes nas diferentes sociedades ou grupos sociais que objetivam a indução de seus membros a se conformarem às normas que a caracterizam, teóricos do pensamento político propõem impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, além de restabelecer condições de conformação, também em relação a mudanças que ocorressem no sistema normativo (BOBBIO; MATTEUCI, PASQUINO, 1986, p. 842).

Em *Liberalismo: ideologia e controle social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)* (1976), Stella Bresciani afirma que “a manutenção da ordem” foi objeto invariante da administração pública no período priorizado pelo estudo que compreendeu a fase de transição do sistema de governo monárquico para o governo republicano. As propostas apresentadas nesse sentido tinham a finalidade de aproximar a situação social a objetivos ideais através de uma política fundada no exercício da dominação. Os mecanismos de dominação do social constituíam-se como “a expressão externa do movimento histórico inerente ao modo de produção capitalista” que compreendia “o progressivo crescimento do aparelho do Estado e de seu poder efetivo na definição dos parâmetros que regem as relações dos homens entre si e deles com as instituições” (BRESCIANI, 1976, p. 261).

Nos anos da década de 1920 os pressupostos do pensamento liberal, base das instituições republicanas no Brasil, passam a sofrer críticas, tendo em vista uma análise de sua inadequação às necessidades do país. O “descompasso” entre as formas constitucionais estabelecidas com a Proclamação da República de 1889 e a realidade brasileira, diagnosticado por intelectuais membros da elite, sobretudo aqueles cujo pensamento pode ser identificado como “autoritário”, é apontado como consequência da inexistência de um *cidadão* capaz de exercer de forma consciente seus direitos e deveres à cidadania, bem como pela ausência de uma *opinião pública* esclarecida que tomasse para si a tarefa de “constituir o país como *nação, organizá-lo, (...) pensada como cérebro, que dirige o desenvolvimento orgânico*” (CARVALHO, 1998, p. 145).

O termo *opinião pública* passa a existir como um fenômeno da época moderna caracterizada por uma sociedade civil que se distingue do Estado, livre e articulada, pela existência de *centros que permitam a formação de opiniões não individuais*, composto por “um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo,

mesmo que não desenvolva uma atividade política imediata” (BOBBIO; MATTEUCI, PASQUINO, 1986, p. 842).

A crítica ao sistema de governo vigente à época assume a “dimensão de proposta política alternativa e capaz de realizar a tarefa de formar a nação a partir do conglomerado heterogêneo de classes sociais e raças” (BRESCIANI, 1998, p. 4).

Conforme Bresciani,

A confiança na racionalidade dos princípios éticos universais esteve presente nos argumentos políticos liberais durante o século XIX e se apresenta nos textos de pensadores políticos brasileiros em diversos momentos, entre eles e de forma exemplar, na propaganda republicana das décadas de 1870 a 1880. Talvez por se apoiar tão abertamente nos ideais republicanos universalistas, acreditando que as boas leis formariam um povo esclarecido e unido pela consciência na necessária vida em sociedade para realizar seus interesses individuais, a crítica aos seus pressupostos e resultados tenha tido que seguir a trilha da denúncia da incapacidade política de pessoas, não um povo inexistente, movidas antes por laços de dependência pessoal e efetiva do que pela consciência de seus deveres e direitos sociais. (BRESCIANI, 1998, p. 3)

Desta forma, a elite intelectual brasileira almejava a formação moral do cidadão, e através de projetos políticos estabelecia imperativos educacionais expressos, dentre outros meios, nos mais diferentes modos de pensar a configuração do espaço urbano. A cidade foi tomada como lugar privilegiado para a consolidação de projetos políticos e também como lócus para normatização do comportamento social do “povo”.

[1.1] A cidade de São Paulo: transformações urbanas e engenharia

A intensificação das intervenções no meio urbano paulistano no início do século XX reflete as grandes mudanças que ocorriam nos rumos da gestão política e social da cidade e na produção científica pragmática que visava gerar soluções para os problemas de São Paulo. De

conflitos políticos, sociais e técnicos emergem obras de melhorias para a capital baseadas nos preceitos sanitaristas e na noção de progresso. Novos espaços de debate são abertos possibilitando a divulgação da produção científica, das obras e da pesquisa realizada no período.

O meio urbano paulistano modifica-se amplamente no século XIX. As transformações ocorridas pautam-se num campo conceitual organizado inicialmente por preceitos da medicina e da engenharia sanitária e, posteriormente por pressupostos da engenharia civil e do urbanismo. A percepção de que alterações no meio físico da cidade e em suas condições sanitárias influenciariam profundamente no bem estar do indivíduo, implicou “o conhecimento de um conjunto de saberes e práticas ligados a novas percepções do/no espaço, novas formas de gestão política e social do urbano” (CERASOLI, 2004, p. 109-110). Aliadas ao ideário progressista difuso na Primeira República e apoiadas neste conjunto de preceitos técnicos, políticos e científicos, as elites paulistanas buscavam introduzir a cidade no cenário da modernidade (CERASOLI, 1998, p.10).

A partir da segunda década do século XIX memorialistas, cronistas, moradores da cidade, viajantes estrangeiros, passam a relatar o inusitado crescimento físico e populacional da cidade, suas mudanças e contrastes¹. Com o aumento da atividade industrial cafeeira e a inauguração de vias férreas, principalmente, a partir de 1872 quando os trilhos chegam até a região oeste do estado, a capital passa a ser o ponto de escoamento da produção cafeeira destinada a importação e ponto de chegada das mercadorias vindas, principalmente da Europa. A abolição da escravatura incentivou a imigração de europeus para suprimento da demanda de mão-de-obra para as fazendas do interior de São Paulo impulsionando significativamente o aumento do número de habitantes da capital paulista, reflexo de sua

¹ BRESCIANI, 2010b. Neste texto a autora inicia seu percurso analisando trechos de relatos de três memorialistas: Benedito Lima de Toledo, Henrique Raffard e Alfredo Moreira Pinto. Suas descrições e comentários embriagadas de entusiasmo, partem da noção de progresso e são pautadas em preceitos sanitários, que apoiam suas concepções estéticas sobre a cidade.

expansão industrial e comercial. Os números impressionam: em 1872 São Paulo apresenta 23.243 habitantes, saltando em 1893 para 192.409. Estudos comparativos entre os censos de 1872 e 1890 revelam “o aparecimento de uma classe capitalista; o influxo de fazendeiros para a cidade; um maior número de mulheres nas profissões liberais; e, em geral, um abandono das ocupações rurais pelas comerciais, industriais, burocráticas e intelectuais.” (MORSE, 1972, p. 237-238). A sociedade paulistana se transforma e a cidade contrasta com a antiga São Paulo colonial do início do século XIX.

Nos anos iniciais da República, verificar-se uma vasta preocupação com a aplicação de medidas sanitárias subsidiadas por teorias e técnicas que compunham um saber urbano internacional, constituído “a partir de elementos que se cruzam com questões filantrópicas, religiosas e morais tecendo um complexo campo de conceitos e de pré-conceitos”, mobilizados por uma prática intervencionista do governo (BRESCIANI, 2010b, p.22-30). Médicos sanitaristas e engenheiros sanitaristas, principalmente após o surto de epidemias de febre amarela e cólera que constituíam ameaça constante a população, problematizam as questões urbanas demonstrando preocupação com as más condições sanitárias de algumas áreas da cidade como a Várzea do Carmo, assolada por inundações freqüentes e as habitações populares, vulgarmente chamadas “cortiços”. Neste período, são apresentados relatórios de autoridades médicas, de engenheiros e políticos, levando a criação da Inspetoria de Saúde Pública em setembro de 1851 e da Repartição de Obras Públicas em fevereiro de 1877 (BRESCIANI, 2010b, p.9). Em 1886 é publicado um Código de Posturas para a cidade definindo normas para a sua expansão e organização². Em 1893, como resposta as constantes críticas, reclamações e denúncias da imprensa e de particulares, o poder público municipal designa uma “Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Iphigênia”, local onde se concentrou grande quantidade de imigrantes na

² A publicação de posturas municipais é obrigatória desde 1828 no Brasil, e cada municipalidade revê periodicamente essas orientações para a população.

capital. Dentre as recomendações do relatório final, há o aconselhamento quanto a proibição de construções ou abertura de novos cortiços e a determinação de áreas distantes do centro da cidade para a construção de habitações e vilas operárias³. Já neste período, verifica-se uma clara perspectiva de expansão do território da cidade e propostas de implantação de equipamentos urbanos que subsidiariam a fixação de populares e operários em áreas periféricas, bem como o deslocamento destes até as áreas centrais.

Ante este cenário, autoridades políticas e profissionais, a imprensa e civis passam a debater a nova dinâmica urbana da capital e seus problemas⁴. Intensificam-se as intervenções no espaço urbano. Aos poucos o cientificismo do século XIX passa a perder espaço para um modelo de ciência que mantinha tendências mais pragmáticas, elevando o “profissional da ciência” sobre o “teórico da ciência” (CERASOLI, 1998, p.17). Este modelo, fortemente defendido pelos engenheiros, “ávidos por produzir grandes e eficazes transformações direcionadas ao progresso intelectual e material” no Brasil (CERASOLI, 1998, p.21), inspirou as discussões que culminaram na fundação de uma escola técnica para a cidade de São Paulo.

A produção de ciência de foco pragmático atrelada as expectativas de modernização e expansão das cidades no início do século XX, tendo como pano de fundo um período de grande industrialização e um forte ideal democrático e civilizador, forma um sólido palco para o desenvolvimento urbano da capital. A Escola Politécnica paulista, fundada em 1894, destinou-se, neste sentido, a formação de profissionais de nível técnico e engenheiros, objetivando a promoção da instrução pública, o desenvolvimento material do país e a qualificação de mão de obra para as atividades econômicas nacionais (CERASOLI, 2008, p. 2). Quando da fundação da Escola Politécnica de São Paulo em 1894, havia somente outras duas escolas de engenharia no país, a Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876,

³ *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Iphigênia*. 31 de Dezembro de 1893. p.50.

⁴ CERASOLI, 2004. Nesse trabalho, a autora demonstra as tensões políticas e sociais ocorridas ante os problemas da cidade. Como a população e a imprensa influenciaram a demanda de obras públicas para implantação de equipamentos urbanos e outras melhorias.

voltada à mineralogia e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, esta já com quase cem anos de existência e renomado prestígio social.

Durante a primeira década do século XX, com a abertura de novas escolas de engenharia e a ampliação da produção científica nacional, multiplicam-se os espaços de debate e divulgação deste conjunto de saberes e práticas. Em seus anos iniciais, a Escola Politécnica já organizava a divulgação das concepções de seus professores pelos *Annuarios*, coordenados pela diretoria e publicados a partir de 1900, e pela *Revista Politécnica*, elaborada pelo Grêmio Politécnico, e publicada a partir de 1904. Entre as várias publicações lançadas no Brasil, em 1911 surge em São Paulo a *Revista de Engenharia*⁵, uma iniciativa dos engenheiros civis Ranulpho Pinheiro Lima e H. Souza Pinheiro, ambos formados pela Escola Politécnica paulista.

Em seu primeiro volume, o editorial afirma a necessidade de difusão dos trabalhos realizados por engenheiros pelo Brasil afora, buscando firmar o reconhecimento destes entre os profissionais da área e demais leitores, não permitindo assim que o mérito e o valor de seus serviços fossem destinados aos políticos e dirigentes públicos. Em um trecho afirma-se: “tambem nas sociedades antigas e mais desenvolvidas a posição da classe não alcança o nível a que faz jús e é quasi nulla a sua interferência directa nos negócios publicos que dizem propriamente com sua technica”⁶. Nesse trecho evidencia-se a preocupação que o corpo editorial da revista sustenta quanto a participação dos profissionais da engenharia nas decisões públicas, uma característica específica de São Paulo para o período de 1890 a 1930, em que torna-se impossível separar, no plano conceitual, a administração pública da atividade dos

⁵ A *Revista de Engenharia* tem duração curta. Somente dois volumes contendo 12 números cada, publicados durante o período de Junho de 1911 à Maio de 1913. Destaco entre os artigos publicados em seu primeiro volume, “Casas operárias” e “A questão do lixo”. A sessão “Obras públicas” também merece destaque por informar as obras em andamento na cidade, possibilitando a identificação das principais modificações ocorridas na paulicéia no período. Trata-se de uma publicação extremamente importante para a leitura das principais produções científicas do setor, dos principais problemas existentes na cidade, sobretudo a cidade de São Paulo e como estes eram tratados pelos engenheiros, em sua maioria, formados pela Escola Politécnica paulista.

⁶ *Revista de Engenharia*, V.1, 1911, p.1.

engenheiros, que se proclamavam “portadores dos mais elevados conhecimentos da civilização, indispensáveis ao alcance do progresso e promotores do bem estar comum da nação.” (CERASOLI, 1998, p.21), discurso este recorrente no último quartel do século XIX no Brasil.

Em artigos da revista fica evidente a preocupação com as questões sanitárias e os esforços dos engenheiros em sanar problemas urbanos em várias cidades brasileiras (São Paulo, Santos, Campinas, Salvador, Rio de Janeiro). Os temas relacionados as questões sanitárias são vivamente debatidos, o que torna evidente a permanência das teorias higienistas nas ponderações técnicas para a cidade.

O trabalho de Josianne Francia Cerasoli denominado *A grande cruzada: engenheiros e engenharias na Primeira República* (1998) elucida uma apreensão do destacado papel do engenheiro na produção de projetos de transformação e construção nacional no Brasil, especialmente para a compreensão de como a emergência deste profissional nos anos iniciais da República procurava atender às necessidades de desenvolvimento material do país.

Nas décadas iniciais do século XX a municipalidade paulistana engendrou investida de grande impacto no aspecto das modificações urbanas da cidade, que incidiram fortemente nas experiências culturais de seus habitantes. A grande expansão da cidade em termos físicos e populacionais, atrelada ao ideário de modernização, incitou a manifestação de membros da elite política e profissional do Estado de São Paulo na organização e participação de um debate sobre a necessária reconfiguração da área central e a adoção de um padrão para a expansão territorial da cidade.

Na década de 1910, período de estabilização da economia cafeeira, a região central sofreu suas primeiras modificações. O vale cruzado pelo ribeirão do Anhangabaú passou por um processo de urbanização que possibilitou uma inversão das “polaridades na estrutura do Centro da cidade de São Paulo” (SIMÕES JR., 2004:17; SEGAWA, 2000), decorrente da

expansão da cidade para o oeste, consequência da chegada da ferrovia em 1867 que deslocou as “portas da cidade” da região da Várzea do Carmo a leste para a região da Luz a norte (SIMÕES JR., 2007:14).

Em 1911, são publicados na *Revista de Engenharia* planos urbanísticos que compunham as propostas de melhoria apresentadas em atendimento à encomenda de planos de melhoramentos realizada pelo Governo do Estado (SEGAWA, 2000). Foram propostos: o Projeto Alexandre de Albuquerque, o Projeto Freire-Guilhem da Prefeitura de São Paulo, este organizado pelos engenheiros Victor da Silva Freire e Eugenio Guilhem, o Projeto Samuel das Neves da Secretaria de Agricultura de São Paulo, e o plano de melhoramentos da capital organizado pelo arquiteto J. A. Bouvard, entregue à Câmara Municipal. Esse, resultado da análise realizada pelo arquiteto francês dos três projetos propostos, teve parte de seu plano de melhoramentos aprovada e executada pela municipalidade⁷.

O debate acerca das transformações urbanas na capital paulista segue de forma intensa nas décadas seguintes. Podemos destacar a publicação e divulgação em 1930 de *Introdução ao Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*, proposto pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, este o primeiro plano urbanístico que pensa a cidade de São Paulo na sua totalidade, como uma unidade, a fim de entender e intervir no processo de planejamento e redistribuição das redes de mobilidade e a malha viária da capital. Destacamos também a atuação de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, especialmente durante as décadas de 1920 em diante, na difusão de um ideário urbanístico, através da realização de conferências e palestras em associações civis, no Instituto de Engenharia da capital, e no Grêmio Politécnico da Escola Politécnica de São Paulo, e publicação de artigos em periódicos especializados da época.

⁷ Para mais informações sobre os planos de melhoramentos para a capital paulista, ver: SEGAWA, 2000.

[1.2] O engenheiro Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello

Paulista, filho de Luiz de Anhaia Mello⁸, ingressou na Escola Politécnica no ano de 1909, diplomando-se em 1913. Recém-formado trabalhou em empresas de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, seu ex-professor e amigo da família. Sua principal atividade profissional particular foi desenvolvida atuando como diretor da empresa Iniciadora Predial (de propriedade de Ramos de Azevedo), desde a época de sua fundação em 1913 até 1964.

Sua atuação como docente na Escola Politécnica de São Paulo vem merecendo destaque. Ficher (2005) afirma que essa atuação não se condensou nos limites da Politécnica, sobretudo devido à constante produção teórica e ação política desempenhada pelo urbanista - “as quais alcançaram proeminência e influenciaram sobremaneira a administração e o planejamento da cidade de São Paulo” (FICHER, 2005:144). Como professor desta escola (1922-1968), assumiu a cadeira “Estética, Composição Geral e Urbanismo I e II” em janeiro de 1926 (FICHER, 2005:144), iniciando o ensino da disciplina que seria sua especialidade, o urbanismo. Foi grande defensor da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, também lá atuando como docente até 1948.

Anhaia Mello acumulou uma vasta produção bibliográfica, que se expande da década de 1920 até a década de 1960. Como membro do Instituto de Engenharia (assumindo, inclusive, sua direção em 1929), proferiu inúmeras palestras que culminaram em debates sobre as questões da cidade. Na esfera política assumiu a Prefeitura da cidade de São Paulo por dois períodos e atuou na Secretaria de Obras e em outros setores (assume a Prefeitura num período conturbado da política paulistana: de 06 de dezembro de 1930 a 25 de julho de 1931, e em seguida de 14 de novembro de 1931 a 04 de dezembro de 1931⁹).

⁸ Engenheiro civil formado no Rio de Janeiro, em 1875, que estudou instalações industriais na Europa e nos Estados Unidos e participou da organização da Escola Politécnica de São Paulo em 1893, sendo seu catedrático e vice-diretor.

⁹ Fonte: ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574. Acesso em 25/03/2011.

Urbanista, acadêmico, político, Anhaia Mello presenciou e teorizou sobre as transformações ocorridas na capital paulista durante a primeira metade do século XX, participando ativamente das discussões sobre o vertiginoso crescimento populacional da cidade e sua conseqüente expansão territorial (CAMPOS, 2002:467-468). É considerado entre estudiosos do urbanismo brasileiro¹⁰ o principal teórico do urbanismo de São Paulo, tendo sua obra apontada como definidora dos rumos do pensamento urbanístico paulistano (BRESCIANI, 2010b).

Os trabalhos publicados sobre Anhaia Mello focam tanto seu arcabouço teórico quanto sua trajetória profissional. Stella Bresciani (2009) em seu artigo *Luiz de Anhaia Mello – urbanista-arquiteto: estudo de trajetória profissional* apresenta um levantamento bibliográfico bastante consistente sobre este urbanista. Sylvia Ficher, em 1989, defendeu tese de Doutorado, intitulada *Os arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*, publicada em livro no ano de 2005. Este estudo apresenta importantes elementos do percurso profissional do urbanista como docente da Escola Politécnica e sua atuação no poder público. Maria Cristina da Silva Leme coordenou em 1999 uma pesquisa pioneira intitulada *Urbanismo no Brasil. 1995-1965*, em que apresenta trechos de textos de Anhaia Mello e contrapõe suas ideias as do também engenheiro paulistano, Francisco Prestes Maia. Candido Malta de Campos, em sua tese de Doutorado, *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*, publicada em 2002, centra sua análise no processo de urbanização da cidade de São Paulo nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, destacando a atuação de Anhaia Mello como administrador público. Em *Planejamento e Zoneamento em São Paulo 1947-1972*, publicado em 2005, Sarah Feldman apresenta um estudo sobre o zoneamento, como proposta de intervenção, proposta esta que assume grande

¹⁰ Stella Bresciani destaca em seu artigo “Estudo da trajetória profissional do Eng. Arqu. Luis de Anhaia Mello” as opiniões expressas por Maria Cristina da Silva Leme (1999, 2000), Sarah Feldman (2005) Sylvia Ficher (2005), Regina Maria Prospero Meyer (1992), Candido Malta Campos (2002) e Maria Cristina Schichi (2002).

importância a partir dos anos 1940 e tem Anhaia Mello como principal personagem. A dissertação de mestrado defendida por Cláudio Hiro Arasawa em 1999, *A árvore do urbanismo de Luiz de Anhaia Mello*, situa as propostas urbanísticas defendidas pelo urbanista, em relação ao que havia de mais significativo no conjunto das concepções urbanísticas entre os anos 1920 e 1940. Jhoyce Póvoa Timóteo defendeu sua dissertação de mestrado em 2008, intitulada *A cidade de São Paulo em escala humana. Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado*. Nesta pesquisa analisou a representatividade do projeto de lazer proposto por Anhaia Mello para o projeto político da cidade de São Paulo. Conforme Timóteo, o urbanista pretendia torná-la uma cidade mais “humanizada”. Neste trabalho são destacados os desdobramentos sociais objetivados por Anhaia Mello, uma vez que este sistema de recreio voltava-se para o atendimento dos bairros operários, numa tentativa de educar os trabalhadores para a utilização de seu 'tempo-livre'.

Atualmente os trabalhos publicados sobre Anhaia Mello focam sua trajetória profissional e sua relação com referências norte-americanas. A exemplo podemos destacar os trabalhos de Maria Stella Bresciani (2012) *As múltiplas linguagens do urbanismo em Luiz de Anhaia Mello: técnica, estética e política* e Rodrigo Alberto Toledo (2011) intitulado *A formulação de uma corrente urbanística: uma (re)visita às teses de Anhaia Mello para São Paulo*.

[1.3] A *Árvore do Urbanismo*: a teoria urbanística de Anhaia Mello

Carlos Arasawa (1999) em sua dissertação de mestrado analisa a “Árvore do Urbanismo”, autodesignação da teoria urbanística apresentada por Anhaia Mello. A estrutura desta teoria contempla três eixos principais: administração das cidades, legislação urbana e adesão do público à ideia de boa cidade. Nesta simbologia, as raízes da árvore representam a *opinião pública*, pois o urbanista acreditava que um projeto de cidade só seria possível com o apoio da população. O troco representa a *comissão da cidade* que, apática a interesses

políticos, subsidiaria a formação de uma *legislação* voltada aos interesses do urbanismo, a copa da árvore. Conforme Arasawa, esta teoria intentava “construir uma instância de poder capaz de, a um só tempo educar as massas, interpretar seus desejos e elaborar um ‘plano da cidade’” (PÓVOA, 2008:4). O profissional urbanista, nesta acepção apresentava-se como detentor de grande responsabilidade social, pois possuía o conhecimento técnico que, posto a serviço da população, viabilizaria a vida em comunidade. Anhaia Mello fazia uma nítida distinção entre *cidade* e *comunidade*. Para ele “a cidade poderia chegar ao status de comunidade se suas instituições e dispositivos administrativos funcionassem ‘organicamente’ visando o bem estar da coletividade e o desenvolvimento de uma postura cívica em seus habitantes” (PÓVOA, 2008:7).

[1.4] Educação e intervenções urbanas: alguns pontos de confluência

Focamos neste estudo os debates educacionais e urbanos, que têm dimensão essencialmente política no período privilegiado para a análise. Consideramos a importância de se perceber como as ideias formuladas no campo da educação e do urbanismo circularam no meio intelectual da época e como dialogaram entre si e com outras áreas do conhecimento, pois tanto Anhaia Mello quanto os intelectuais ligados ao movimento de renovação educacional efervescente na década de 1920, preocuparam-se com a formação do cidadão brasileiro.

Nos anos iniciais do século XX, a questão educacional no Brasil relacionava-se aos aspectos da intervenção na cidade, sobretudo, pela possibilidade de produzir na população comportamentos adequados à configuração social que se pretendia. Nos anos de 1920, redefine-se a atuação sobre o social pela via educacional. As transformações materiais, sobretudo na cidade, aludiam ao *cidadão brasileiro* pela possibilidade de formar o *povo* e

integrar este ao projeto de *nação* que se pretendia. Forjar a identidade brasileira neste período adensou em seu projeto político atuações projetivas no campo da educação e do urbanismo.

A configuração do urbanismo como um campo conceitual correspondia aos esforços de regulamentação das práticas de intervenção nas cidades pensadas e projetadas pelos profissionais que nelas atuavam¹¹. No Brasil, a partir de 1920, a utilização da palavra *urbanismo* torna-se recorrente. Cristina Leme (2001) faz referência ao engenheiro-arquiteto Luiz Ignácio de Anhaia Mello apontando-o como o urbanista que empenha os maiores esforços para a constituição do urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional no país¹². Como professor da Escola Politécnica de São Paulo desde 1922, foi responsável pela introdução do ensino do urbanismo nessa escola e pela divulgação nessa mesma década – atitude pioneira no meio profissional de São Paulo – dos princípios gerais de urbanismo (FISCHER, 2005). Como afirma Leme, é nos anos 20 que se propõe constituir o urbanismo como “campo de conhecimento e de atividade profissional” no país. Nesse sentido, a contribuição de Luiz de Anhaia Mello para os debates acerca das transformações no espaço urbano paulista na época é expressiva e vem merecendo destaque de pesquisadores do campo da história da cidade e do urbanismo.

No ano de 1926, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello publica uma série de artigos dedicados a temática do urbanismo¹³. Neste estudo privilegiamos a análise de Bases para a resolução do problema técnico, capítulo de *Problemas de Urbanismo e O recreio ativo e organizado nas cidades modernas*, ambos publicados pelo Instituto de Engenharia em 1929.

¹¹ Leme cita a explicação que o catalão Idelfonso Cerdà cunha em 1863 na obra *Teoria Geral da Urbanização* que, tinha como objetivo “configurar um campo conceitual que servisse de referência à prática de projeto e construção planejada das cidades que se constituíam com vigor naquela época”. Cerdà assim define urbanização: “(...) conjunto de princípios, doutrinas e regras que é necessário aplicar para que as construções e seu agrupamento longe de reprimir, enfraquecer e corromper as faculdades físicas morais e intelectuais do homem social, contribuam a favorecer seu desenvolvimento assim como melhorar o bem estar individual e o bem público”, LEME, 2001, p. 79.

¹² Na nota de rodapé 10 a autora aponta o artigo de Anhaia Mello, *Urbanismo... esse desconhecido*, de 1952, como o que melhor expressa a indefinição do significado da palavra urbanismo. LEME, 2001.

¹³ ARASAWA, Claudio Hiro. *A “Árvore do Urbanismo” de Luiz de Anhaia Mello*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH, USP, Dezembro: 1999. Ver também FISCHER, Silvia. *Os arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*.

A leitura das fontes teve como objetivo identificar o(s) conceitos (s) sobre educação presente(s) nas propostas de formação e intervenção do espaço urbano, orientadas pela teoria urbanística de Anhaia Mello para a cidade de São Paulo na década de 1920. O interesse de pesquisa centrou-se na compreensão do que Anhaia Mello designou *o problema psicologico, a formação do ambiente, a elevação da temperatura moral como preocupação inicial da urbanicultura*¹⁴.

Anhaia Mello afirma no texto *Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema tecnico* (1929a): “o urbanismo não é apenas uma questão de tecnica ou administração, mas é essencialmente uma questão de educação” (p.16). A reflexão proposta inicialmente indagou: como o urbanista concebe o conceito de educação em sua reflexão sobre a cidade?

A orientação teórica concebida neste estudo atentou para a compreensão de que “elementos do pensamento urbanístico, delineados no século XVIII, formam-se e se organizam enquanto campo de conhecimento, de intervenção e configuração do espaço urbano no decorrer do século XIX a partir da inter-relação de diversos saberes” (BRESCIANI, 2009). Dentre estes saberes, propomos identificar possíveis confluências entre os saberes educacionais e urbanos no Brasil. Para tanto, realizamos um estudo sobre o contexto educacional brasileiro na década de 1920 com foco nos projetos que priorizaram intervenções na cidade atreladas a formação do cidadão.

¹⁴ MELLO. 1929b. p.14. “Formar o ambiente, elevar a temperatura moral deve ser pois a preocupação inicial da urbanicultura e não começar pelo fim, como muitos pretendem, pelo plano de conjunto espetaculoso mas estéril.”

[capítulo 2]

A discussão educacional nos anos de 1920 no Brasil: cidade, cidadão, projetos políticos

Nos anos finais dos oitocentos emerge uma concepção educacional frente ao universo urbano-industrial. Esta propõe um tratamento diferenciado às questões sociais ao declarar a pedagogia e a escola tradicional, insuficientes perante as exigências da modernidade capitalista. A teoria evolucionista de Charles Darwin, a funcionalidade da organização social argumentada por Émile Durkheim e o desenvolvimento da psicologia experimental - sobretudo pelos *funcionalistas* norte-americanos - contribuíram para o estabelecimento de novas finalidades para a educação. Areladas a uma supervalorização de aspectos técnicos e metodológicos, as novas concepções do campo educacional preconizavam o progresso, a cooperação e a harmonia social. Buscavam superar a educação para a *perfectibilidade humana* em nome de uma *adaptabilidade humana*, ou seja, “educação para uma civilização em mudança” (MONARCHA, 1990. p. 15). Deste modo, a nova educação atuaria na formação de um homem prático, o que suplantava o ideal de homem culto.

O surgimento da *Scientia Nova* foi sustentado inicialmente por pensadores da Europa e Estados Unidos. São eles o neurologista e psicólogo infantil Edouard Claparède (Suíça), o pedagogo Adolphe Ferrière (Suíça), o filósofo John Dewey (EUA) e os médicos Maria Montessori (Itália) e Ovide Decroly (Bélgica). Sua divulgação pelo mundo se expressou através do movimento *Éducation Nouvelle* (MONARCHA, 2009. p.17).

No Brasil, na conjuntura política da década de 1920, amplia-se a difusão das novas ideias educacionais, em especial, por meio do movimento *escolanovista*¹⁵, divulgadas por Lourenço Filho, Francisco Campos, Antônio Carneiro Leão, Anísio Teixeira, Fernando de

¹⁵ O *escolanovismo* foi um movimento educacional reformista e remodelador, que possibilitou a difusão de novas ideias pedagógicas no Brasil no início do século XX. NAGLE, 1974.

Azevedo, entre outros ¹⁶. A importância atribuída à educação pelos intelectuais que integraram este movimento pretendia a efetivação de reformas políticas almejadas para o país. O ideal de sociedade intencionado por parte da elite brasileira preconizava, dentre outros esforços, a conquista de uma uniformidade social, organizada, moralmente adequada e adaptada ao progresso. Nesta época, percebia-se que todos os aspectos da formação humana dependiam de certa forma da organização da sociedade. A emergência desta nova concepção de sociabilidade ansiava a organização, reorganização e disciplinamento do espaço público, que compreendia métodos de racionalização aplicados à distribuição regrada das populações em espaços considerados mais adequados, bem como controle do lazer, moradia e trabalho (CARVALHO, 1998. p.151).

A emergência do *escolanovismo* é considerada por algumas análises teóricas como a expressão, na área educacional, da passagem do liberalismo clássico para o liberalismo moderno, correspondente à situação hegemônica do sistema capitalista e a posição reguladora do Estado cuja representatividade neste momento torna-se inquestionável (SAVIANI, 1989). Nesta perspectiva os antagonismos sociais estruturais são vistos como imperfeições, cujas possíveis correções podem ser realizadas pela racionalização da vida social possibilitada através do desenvolvimento científico e cultural da sociedade. Este movimento condensou em suas aspirações a função equalizadora do social pela via educacional (SAVIANI, 1989, p. 20).

A concepção de que os homens são essencialmente diferentes justificou uma proposta educacional que privilegiava a atuação da educação sob cada indivíduo, a fim de adaptá-lo a sociedade.

Marcos Monarcha, no estudo *A reinvenção da cidade. Dimensões da modernidade brasileira: Escola Nova* (1990), afirma que o *escolanovismo* brasileiro alinhou-se a outros

¹⁶ Fernando de Azevedo, preocupou-se com a funcionalidade da organização social, aludido pelas ideias de Émile Durkheim; Anísio Teixeira representou o neoliberalismo de cunho pragmatista, influenciado pelas ideias de John Dewey; Lourenço Filho ocupou-se dos aspectos pedagógicos sob a influência da psicologia experimental; Antonio Carneiro Leão enfatizou aspectos organizativos da administração escolar, a luz das teorias da sociologia funcionalista norte-americana. MONARCHA, 1990, p. 29.

movimentos de aspiração modernizantes, os quais buscavam na formação da cultura nacional uma correspondência às aspirações político-econômicas do país. O desejo de tornar possível a vida em uma sociedade moderna dotou estes intelectuais do novo ideário educacional. As intenções centravam-se na produção e controle do social, pautadas em uma concepção de cultura pragmática:

É possível, então, identificar o *escolanovismo* brasileiro como a emergência de uma nova sensibilidade para o caos da cidade e da indisciplina e anonimato da multidão, que preenchia o espaço urbano. É uma nova sensibilidade para o cotidiano, identificando nas “classes perigosas” uma ameaça à instalação e à permanência da regularidade do social. A cidade desorganizada e a multidão insubordinada eram refúgios: abrigo e repouso para a rebelião, ou, mais claramente, abrigavam outras possibilidades históricas que podiam esboroar o mito da história fundada no progresso. O liberalismo escolanovista é um atento observador do cotidiano da grande cidade. (MONARCHA, 1990, p. 15)

Neste estudo destacamos a atuação de membros do movimento *escolanovista* no interior da Associação Brasileira de Educação (ABE). A evidência dada a esta instituição deve-se, sobretudo a atuação de engenheiros, membros da diretoria da Associação, na elaboração de projetos políticos que, de certa maneira, confluíam ideias educacionais e urbanas no período.

[2.1] A atuação dos membros da Associação Brasileira de Educação

Nos anos iniciais do período republicano o termo cidadania corroborava uma das vertentes dos projetos políticos em pauta. Formar o cidadão compreendia os esforços do poder instituído a fim de concretizar os ideais do liberalismo político que pautou uma das propostas políticas republicanas. O liberalismo afirmava a educação como um direito do cidadão e um dever do Estado e pretendia a universalização do acesso a escola e a formação do *homem*

moderno. A educação era compreendida como fator determinante para a participação dos cidadãos na vida política.

As propostas *modernizadoras* da década de 1920 foram apontadas como fruto das reflexões elaboradas pela elite que necessitava responder a problemas políticos e sociais. A superação dos impasses deste momento seria possibilitada a partir da “ideia de secularização e racionalização da cultura baseada na ciência e na técnica como fontes explicativas e possibilidade de intervenção racional na esfera social” (XAVIER, 2002. p. 53).

Maria Marta Chagas de Carvalho afirma que o *discurso cívico* da Associação Brasileira de Educação (ABE), objeto de sua tese de doutorado, desempenhou um papel de grande relevância na produção do que chamou de *civismos*: “civismos de que se espera a abertura ao país dos caminhos que conduzam ao que é entrevisto como progresso” (CARVALHO 1998. p. 140-141).

Fundada em 5 de novembro de 1924 por um grupo de intelectuais brasileiros reunidos no anfiteatro de Física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a ABE foi idealizada, inicialmente por médicos, advogados, e em grande maioria, engenheiros¹⁷, professores, ligados à Escola Politécnica carioca cujos interesses e campos de trabalho abrangiam diferentes áreas. O grupo priorizou a educação como grande problema nacional sob a crença de que “a solução transformaria política, social e economicamente o país”. A ênfase na educação não era decorrente somente de propósitos pedagógicos, mas, sobretudo de razões políticas.

A ABE surge da fracassada tentativa de organização de um partido político, a *Ação Nacional*, devida, sobretudo aos meses de repressão intensa que se seguiram à “Revolução

¹⁷ O site da ABE destaca o professor Heitor Lyra da Silva na presença de Tobias Moscovo, Amoroso Costa, Mario Paulo de Brito, Ferdinando Labouriau, Barbosa de Oliveira, Dúlcido Pereira, Everardo Backeuser, Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, Isabel Lacombe, Armanda Álvaro Alberto, Alice Carvalho de Mendonça, Branca Fialho, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita. In <http://www.abe1924.org.br/>. Acesso em 06/06/2012.

Paulista” de 1924¹⁸ que inibiram de certa forma a atuação política no período. O lema do partido “representação e justiça”, que conforme afirma Carvalho, sintetizou o liberalismo político nos anos 20, preconizava reformas políticas no sistema de representação e uma reforma educacional de abrangência nacional. A partir de 1926 a ABE, estrategicamente instituiu-se como organização cívica apolítica e em 1927 inicia sua campanha educacional.

Inicialmente, nosso interesse centrou-se na tentativa de uma aproximação entre a campanha educacional organizada por uma associação civil cuja diretoria era composta em sua maioria por engenheiros, campanha que denotava em um dos seus temas “um projeto de moralização do espaço urbano”, e a intensa divulgação dos princípios gerais do urbanismo, intentada, especialmente, por Anhaia Mello em atitude pioneira no meio profissional paulista, na época em que é responsável pela introdução do ensino de urbanismo na Escola Politécnica de São Paulo e pela criação da seção de urbanismo no Instituto de Engenharia, do qual foi diretor em 1926. A insistência nessa aproximação teve como intuito perceber, não os pormenores dos esforços de divulgação destas ideias, mas as proposições políticas e científicas que fundamentaram esses movimentos.

Essa sociedade, que se queria moderna, ansiava por um novo conceito de homem e de público, percepção evidenciada em um dos lemas de propaganda da ABE, ao levantar a bandeira da necessidade de se transformar os *habitantes do Brasil* em *povo*, levante reforçado pela grave situação sanitária do país. O discurso cívico da ABE constituiu-se como “discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento” (CARVALHO, 1998, p. 146).

A concepção de higiene que nele [círculo da ABE] dominou era, contudo, utilizada de modo a designar medidas de construção de um “meio social” favorável ao desenvolvimento físico, intelectual e moral dos indivíduos,

¹⁸ Também conhecida como Revolta Paulista de 1924, foi uma revolta tenentista comandada pelo general Isidoro Dias Lopes. “Tal Revolução ocorreu em São Paulo e foi um conflito armado entre o Governo Federal, representado na figura do Presidente Arthur Bernardes, e parte das Forças Armadas”. In: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_revolucao/index.php acesso em 06/06/2012.

inspiradas na convicção de que existiriam *desvios mais graves que o da coluna vertebral* (CARVALHO, 1998, p. 147).

A acepção educacional que pode ser verificada neste trecho fundamentava-se na concepção determinista de meio (escolar e social) e convergia com o higienismo em sua ação sobre os corpos e o ambiente físico. Ambas eram amparadas na concepção histórica da elite que compreendia o *processo histórico constituído como tendencialmente degenerescente, a exigir terapia*. Daí a importância atribuída à ação tutelar das elites que atuavam na educação cívica do povo.

A *educação cívica* preconizada pela ABE atuaria de forma ampliada na constituição de "corpos saudáveis e de mentes e corações disciplinados" (CARVALHO, 1998, p. 150). A relevância da proposta justificou-se, tendo em vista a percepção de parte da elite da época sobre a educação tradicional, essa compreendida por alguns intelectuais como "arma perigosa" que poderia constituir-se em fator de desestabilização social. Nesse momento ainda não tratava-se de privilegiar uma educação para o "povo". A constituição republicana de 1891 garantiu a autonomia dos Estados para elaborarem suas próprias leis sobre a educação primária e profissional, ficando a educação superior e secundária sob a responsabilidade da União. Os positivistas foram grandes defensores da educação profissional, posição contrária a dos católicos que insistiam na permanência de um ensino de base religiosa. Nesse momento são formados os grupos escolares¹⁹, inicialmente um fenômeno urbano eficiente para a seleção e formação das elites. O ensino para as massas populares torna-se questão em pauta

¹⁹ "No território brasileiro os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular. (...) A ideia de implantação dos grupos escolares difundiu-se para o restante do Brasil, fazendo parte da política de diversos presidentes (ou governadores) de Estados. O modelo escolar paulista foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920, etc." Verbete *Grupo Escolar* elaborado por Ana Cristina Pereira Lage In:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm. Acesso em: 20/12/2012.

somente na reforma paulista de 1920²⁰. Nos anos iniciais do século XX a educação formal caracterizava-se pela seriação e diferenciação entre a educação das classes dirigentes (ensino secundário e superior) e a educação do povo (primária e profissionalizante).

Nos anos 1920, intelectuais do movimento educacional adotam valores culturais da Europa e EUA do pós-guerra, sobretudo, porque percebem as possibilidades disciplinares dos novos métodos educacionais. A predominância de engenheiros na ABE privilegiou a circulação do tema “organização racional do trabalho”²¹ na associação. Os engenheiros, a semelhança do que ocorreu nos EUA, difundiram o taylorismo no Brasil e defenderam medidas de “organização do trabalho”, que seriam executadas por eles mesmos e aplicadas a escola e a sociedade (CARVALHO, 1998, p. 152).

A “organização racional do trabalho” traduziu-se em alguns casos na valorização dos métodos da chamada “pedagogia moderna” enquanto possibilidade de realização, no meio escolar, das novas máximas organizadoras do trabalho industrial. A ideia de que aqueles métodos permitiriam conseguir melhores resultados com menos esforços, à semelhança dessas máximas, parece ter determinado o crivo principal de valorização das novas inovações pedagógicas: sua maior eficiência comparativamente à chamada pedagogia tradicional. (CARVALHO, 1998, p. 153)

Carvalho confirma uma aproximação entre o projeto proposto por esta elite e uma necessária remodelação da escola sob o paradigma da nova sociedade industrial. Tendo como referência os estudos de Edgar De Decca, a autora afirma que a implantação deste modelo demandou a edificação de uma *hegemonia cultural* que, imposta à sociedade, produziria a

²⁰ Sobre a reforma de 1920, ver: CAVALIERE, 2003.

²¹ O Instituto de Organização Racional do Trabalho, IDORT, criado em 1931, congregou o interesse de empresários e intelectuais interessados na administração científica do trabalho e da produção e no fator humano enquanto e processos de adaptação do homem à máquina.

percepção de que o processo intenso de industrialização era *fato social incontestável*²². Assim sendo, manejavam-se mecanismos de controle social mais adequados às exigências da sociedade industrial (CARVALHO, 1998, p. 27).

Os debates políticos do movimento de renovação educacional dos anos 20 foram travados tendo em vista diferentes concepções assumidas por grupos distintos da sociedade. Havia entre eles, grupos que apontavam a *educação como o maior problema nacional*. Outra vertente mantinha a crença em uma *nova pedagogia na formação do homem novo*, este deveria assumir para si a responsabilidade por sua própria educação. Um terceiro grupo compreendia a necessidade de se formar *novos técnicos para a nova educação*. Carvalho nos esclarece que os diferentes discursos convergiam, de certa maneira, para uma proposta comum, pois “propunham a questão educacional preponderantemente da ótica da *formação da nacionalidade*” (CARVALHO, 1998, p. 24). “Articuladas no âmbito de um projeto de construção da *nacionalidade*, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade” (CARVALHO, 1999, p. 26).

A constituição de um projeto nacionalista por meio de uma campanha cívico-educacional promovida pela ABE aproximava dois projetos distintos. O projeto católico enfatizava o papel das elites na construção de um nacionalismo a partir do *sentimento patriótico* existente na *multidão*. Ao fazer uso de elementos da tradição, costumes e ideias, tidos essenciais, associados ao catolicismo (considerado um integrador nacional), este grupo pretendia, com a colaboração da igreja, *a coesão e harmonia social*. O outro projeto, que recusava o catolicismo, atribuía papel fundamental a elite na formação da nacionalidade. A convergência entre os projetos pode ser identificada, conforme a análise de Carvalho, na aceção comum a ambos de que a relação entre elite e povo não seria mediada pela razão.

²² Carvalho cita DECCA, Edgar Salvadori De. A ciência da produção: fábrica despolitizada In *À luta trabalhadores*. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 72.

Tais proposições eram sustentadas, entre outros fundamentos, por elementos da psicologia das multidões de Gustave Le Bon e viam na educação um meio para a transferência de valores e atitudes do consciente para o inconsciente, pela formação de hábitos.

Nesse contexto, a importância dada à educação, tal qual expressa pelos diferentes grupos que congregavam a Associação Brasileira de Educação, tanto sob uma perspectiva política no sentido estrito como proposta de constituição de uma opinião pública, quanto como instância modeladora dos costumes citadinos, traduzia-se como mecanismo de reestruturação de controle da população urbana.

Carvalho constata, a partir da década de 1920, a emergência de estratégias de *racionalização* em diferentes campos da atividade social e falas racionalizadoras, que passam pelo paradigma da fábrica, pressuposto afirmado pela autora como o principal vetor da economia política da época. A partir dessa premissa a ABE traduziu seu tema de atuação no âmbito da *remodelação da escola* que previa ensino técnico, métodos pedagógicos “modernos”, métodos de seleção de aptidões e de encaminhamento profissional; e da *moralização do espaço urbano* onde a “cidade é proposta como objeto de intervenção destinada a impor uma convivência harmoniosa das classes sociais” (CARVALHO, 1998, p. 28).

A questão educacional esteve ainda relacionada à transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Alguns intelectuais compreendiam como necessária e fundamental a organização da sociedade - que lamentavelmente não havia se preparado para este evento transitório - tendo em vista o estabelecimento da população rural e da população urbana, o fortalecimento da família que se daria pela propriedade do lar e da terra. O debate exaltava uma política de valorização agrícola que previa o assentamento da população rural como alternativa ao latifúndio, em detrimento à política de urbanismo e industrialismo, que

alastrava o pauperismo urbano e intensificava o congestionamento das cidades, sobretudo por causa das críticas ao processo migratório intensificado na década de 1920.

Enquanto encarnação urbana do campo subordinada ao interesse de conter a migração para as cidades, o projeto de ruralização do ensino era intento racionalizador de distribuição das populações entre o campo e a cidade. Nesse sentido era projeto modernizador. As propostas que o veicularam podem, entretanto, ser diferenciadas em *modernizadoras* e *tradicionalistas* na dependência de seu maior ou menor compromisso com o enaltecimento regressivo de valores atribuídos a um modo de vida agrário. (CARVALHO, 1998, p.167)

As propostas tradicionalistas pretendiam a institucionalização da Escola Rural que conteria o processo migratório e, conseqüentemente o crescimento desordenado das áreas urbanas, além de preparar a população para suas atividades específicas no campo. Já as propostas modernizadoras previam uma escola urbana que incutisse na população citadina os valores de cooperação, reconhecidos como inerentes ao habitante do campo.

Outra questão importante para a compreensão dos desdobramentos ocorridos na época e dos debates educacionais e urbanos enquanto proposições políticas relaciona-se a fundação do Partido Democrático do Distrito Federal (PDDF), em 17 de maio de 1927. Cerca de metade dos integrantes dos órgãos diretores da Associação Brasileira de Educação (ABE) compôs a cúpula que fundou o partido e o organizou nos anos 1927 e 1928.

Maria Lígia Prado em *A democracia Ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*, afirma que o partido do Rio de Janeiro “contava com elementos mais agressivos que manifestavam uma preocupação acentuada com as questões sociais” (PRADO, 1986, p. 77). Porém, não privilegia neste estudo uma análise destes elementos, mesmo para evidenciar a oposição que o partido manteve com o Partido Democrático de São Paulo, objeto do estudo que realizou. Afirma que a independência entre os Partidos Democráticos de São Paulo e do Distrito Federal pode ser evidenciada pela manifestação de alguns democráticos paulistas que

viam o núcleo do Rio de Janeiro como *radical*. Lígia Prado afirma ainda que o PD de São Paulo respondeu às questões de seu tempo “com um projeto político-social que correspondia a uma determinada postura e a uma certa visão de classe” (PRADO, 1986, p. 175). O discurso institucional produzido pelos partidários paulistas foi carregado de um *extraordinário moralismo*, e acompanhado por campanha contra o jogo, as bebidas alcoólicas e a prostituição. Já os idealizadores do Partido Democrático do Distrito Federal, em manifesto, apresentavam esta organização partidária como “Partido da Educação Nacional” que se destinava a preparar a opinião pública para atuar nas questões políticas da época:

(...) o Partido fora organizado com base na avaliação de que a revolução de 1924 em São Paulo falhara devido à inexistência de uma “opinião publica” que desse sustentação à tomada do poder pelas armas. Isto implica em deslocar a ênfase que vinha caracterizando as campanhas pela alfabetização no período – ampliação do número de eleitores – para questões de organização do eleitorado. Estas abrangiam a formação de uma opinião pública e, para tanto, partido e sistema educacional eram propostos como instrumentos principais. (CARVALHO, 1998, p. 37)

O PDDF tinha a questão educacional como um dos enfoques mais importantes de sua atuação. A educação do *povo*, vista como alternativa que se impunha à partir do *fracasso do recurso às armas*, não era vista como trabalho a ser desenvolvido a longo prazo pela escola. A organização partidária concebia-se como instituição de cunho educativo e priorizava uma atuação educadora e organizadora junto aos membros e o conjunto da sociedade. Compreendia-se como instância de atuação importantíssima na *constituição, organização e controle da opinião pública* (CARVALHO. 1998, p.83).

O trabalho de *regeneração dos costumes políticos* a que se propunham os organizadores do Partido:

(...) derivava da avaliação dos movimentos revolucionários do período, cujo insucesso era atribuído à inexistência de apoio civil. Especialmente a

Revolução de 1924, em São Paulo, com a conquista efêmera do poder de Isidoro, havia levado o grupo a concluir pela inutilidade de qualquer movimento armado que não tivesse largo apoio da opinião pública. A decepção estava na base da confiança na educação. Educar o “povo” parecia ser a alternativa que se impunha com mais força a partir do fracasso do recurso às armas. Essa educação não era trabalho a ser desenvolvido somente a longo prazo pela escola, mas imediatamente, também, pela organização político-partidária. (CARVALHO, 1998, p. 83)

A educação era concebida como *prática organizadora do social*, condição para a *democracia*, entendida como regime de governo no qual predomina a *opinião pública*, esta orientada pelas elites intelectuais. Tal concepção conclamava a participação dos intelectuais e das classes produtoras nas questões políticas, então entregues a cargo dos *políticos profissionais* (CARVALHO, 1998, p.84). Estratégia que reorienta a atuação de parte das elites brasileiras nas questões políticas nacionais.

Divergências entre o conselho diretor do Partido Democrático Nacional fundado em 1926 e o grupo que dirigia o PD do Distrito Federal resultaram na fundação em 1927 de um núcleo carioca do PDN, homônimo ao já existente. A participação do engenheiro Everardo Backeuser, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na cúpula deste partido causou desarmonias no interior da ABE. Backeuser foi um dos idealizadores da Associação Brasileira de Educação, mas sua atuação no Conselho Diretor do núcleo carioca foi restrita, sobretudo, por ter concentrado seus esforços na tentativa de formar um núcleo da ABE em Niterói. O trabalho de Marta Carvalho não aborda as questões que ocasionaram divergências em torno da presença de Backeuser na organização do PD vinculado ao PDN, apenas constata que o acontecimento agravou a situação de conflito no Conselho Diretor da ABE (CARVALHO, 1998, p. 97).

A participação de membros do Conselho da ABE nos órgãos diretores do Club dos Bandeirantes do Brasil, “organização de caráter tendencialmente fascista e nitidamente belicista” (CARVALHO, 1998, p. 88), também gerou oposição de conselheiros na Associação. Ferdinando Labouriau liderava um grupo composto majoritariamente por integrantes do corpo docente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, aglutinado na Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE. Este grupo caracterizava-se pela intensa atividade política e grande prestígio intelectual junto ao PD carioca e a figuras vinculadas ao PD de São Paulo, integrantes da presidência de Minas, revolucionários do Sul e empresários, empresas e recursos financeiros do exterior. O Club ostentava um projeto de modernização nacional que se articulava a uma nova concepção de defesa nacional que valorizava as forças armadas. Proferiam este ideário apoiados em signos de progresso e potência econômica e propósitos de valorização do homem como fator de produção através de políticas sanitárias e educacionais. O *projeto de direção nacional* afirmava a urgência de se constituir uma *consciência nacional*, tarefa que o Club impunha a si, orientado por uma concepção organicista de sociedade (CARVALHO, 1998, p. 93).

Carvalho destaca em seu trabalho a importância das práticas destas organizações na constituição de um perfil ideal de cidadão que condensava as condições necessárias para o exercício de cidadania. A participação dos integrantes da ABE nesses espaços da sociedade civil, organizações declaradamente políticas, aponta a complexidade da politização da questão educacional e sua abrangência, sobretudo no que concerne a formação do cidadão atuante no espaço urbano a partir de um projeto de moralização do espaço urbano, conforme o exposto. A questão educacional está indissociada da pretensão política de forjar a identidade brasileira, formar o povo e transformar o país em nação. Apontamos a partir deste estudo a necessidade de se compreender como a ciência da educação, referencial teórico veiculado no interior da

Associação Brasileira de Educação, desenvolve elementos para determinar um processo educacional que atue para além da instituição escolar, no aspecto da civilidade.

[capítulo 3]

Problemas de urbanismo... problemas de educação?

Quando começamos os estudos sobre as noções de educação nas formulações teóricas e propostas de intervenção no urbano elaboradas por Anhaia Mello, ficou claro que havia uma relação entre concepções educacionais e as propostas de intervenção no espaço urbano elaboradas por este engenheiro nos anos da década de 1920.

De forma geral, este estudo buscou entender de que maneira a questão educacional toma um lugar de destaque no pensamento urbanístico de Anhaia Mello. A afirmação que coloca a educação na essência do urbanismo instigou-nos uma compreensão acerca da confluência entre as questões educacionais e as questões urbanas no pensamento do urbanista.

Em *Bases para a resolução de um problema técnico* (1929a), estão reunidas 5 palestras proferidas pelo engenheiro:

1 – *O problema psicológico. Bases para uma campanha eficiente em prol de São Paulo maior e melhor* - palestra realizada no Rotary Club de São Paulo, em 21 de setembro de 1928.

2 – *Ainda o problema psicológico. As Associações Americanas de Urbanismo* - palestra realizada no Instituto de Engenharia em 8 de Novembro de 1928.

3 – *O problema político e administrativo. A cidade, Problema de Governo* - palestra realizada no Instituto de Engenharia em 27 de novembro de 1928.

4 – *Ainda o problema político e administrativo. O problema legal. Distritos metropolitanos – o progresso da lei* - palestra realizada no Instituto de Engenharia em 13 de Dezembro de 1928.

5 – *O problema legal Regulamentação e expropriação* - palestra realizada no Instituto de Engenharia em 28 de dezembro de 1928.

Essas compreendem, conforme as palavras de Anhaia Mello um estudo sobre “*a formação do ambiente, o problema fundamental da educação do público e a iniciação do público na disciplina urbanística*” (1929b, p. 9).

Em *O recreio activo e organizado das cidades modernas* (1929b), palestra realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo em abril de 1929, o engenheiro apresenta o que considera uma definição de urbanismo:

“ *Urbanismo – torno a repetir aquella phrase de Lethaby – não é apenas problema de administração e de thecnica, as é, principalmente, problema de educação*” (1929b, p.9).

A partir desta afirmação, procuramos identificar confluências entre as questões educacionais e as propostas de intervenção urbana no Brasil, considerando o contexto educacional da época.

Para Anhaia Mello, “*Urbanismo é cooperação*”. A necessária colaboração de todo o cidadão para a resolução do problema do progresso da cidade requer, uma campanha cívica que conscientize todo cidadão sobre o que a cidade deve ser e qual “o verdadeiro fim da vida urbana”. A premissa primeira, portanto, deve ser, conforme o engenheiro, a formação do que chamou de “uma psicologia urbana e anseio cívico” na população urbana.

“Construir cidades é construir homens. O ambiente é o que plasma o caracter humano, de acordo com a própria feição, para a fealdade e para a beleza” (1929a, p.17). A arte de construir cidades, conforme afirma Anhaia Mello, deve ser iniciada com a “elevação da temperatura moral” e a formação da *urbanicultura*: “o ambiente não lhe sendo propício, e não será sem um trabalho preliminar, não pode medrar; estiola, morre embora lhe adubem a cova com todos os requintes da arte de urbanistas” (1929a, p.17).

Anhaia Mello reverencia os americanos por terem conquistado seu território pela arte e ciência do urbanismo. O problema identificado pelos americanos centrava-se na percepção de “uma imensa liberdade individual quanto à exploração e utilização da propriedade urbana” (1929a, p. 16). Para Mello, os americanos compreenderam que:

“a viga mestra ou tendência essencial de uma política urbanística é promover a prosperidade individual pela salvaguarda do interesse coletivo, centrada na noção de cooperação que somente pode ser possibilitada se os urbanitas compreenderem seu papel fundamental na produção urbanística” (1929a, p.16).

Pois conforme afirmou, “urbanita deve ser sinônimo de urbanista, no sentido de colaborador esforçado da nobre tarefa comum de melhoria da vida urbana” (1929a, p. 11). O trabalho, portanto, inicia-se pela formação do ambiente e conquista da opinião pública, “que não é a da maioria que a constitui: não é um problema de extensão, mas de intensidade” (1929a, p. 17). Tal conquista deve ser realizada pela propaganda:

E a propaganda para a venda ao grande público dessa mercadoria de escol que é o urbanismo, necessidade premente e inadiável da vida moderna, é feita por todos os meios, pela imprensa, pela tribuna, revistas, cartazes, folhetos, sermões, exposições, cinema, radio, e pelo contato pessoal principalmente, como estou fazendo aqui. (1929a, p.18)

O papel de destaque é dado por Anhaia Mello às associações civis, não somente as de fins declaradamente urbanístico, mas também as associações cívicas (os Rotarys, as Camaras de Comércio, as Associações Commerciaes e Industriaes, e os círculos de “bussinesmen”. Aqui podemos apontar uma concepção que se aproxima das noções organicistas que compreende papel fundamental às elites esclarecidas na condução da sociedade.

À partir deste ponto, O Plano de Chicago é a referência. Mello demonstra como a propaganda nas escolas desempenhou papel essencial na propagação do ideário urbanístico em Chicago, sobretudo a partir do preparo de um manual escolar, o “Wacker’s Manual of the

Plano of Chicago” para uso em todas as escolas da cidade. O engenheiro aponta ainda as experiências produzidas na cidade de Cincinnati, onde a propaganda do plano da cidade começou no Jardim da Infância, e acompanhou todos os cursos preliminares e secundários com o “School Manual of the Plano f Cincinnati” e em Dallas, onde a Kessler Plan Association publicou também um manual escolar, “Our city-Dallas”, dedicado à mocidade das escolas.

Essa atuação deveu-se sobretudo pela importante compreensão dos americanos:

“What you wish your citizen to-morrow, to do to-morrow, teach that to him in the schools of to day” (O que você deseja que o cidadão de amanhã faça amanhã, ensine-o nas escolas de hoje) (1929a p.21).

Há, de forma evidente, um papel de destaque para o trabalho de propaganda nas escolas primárias, secundárias, e como afirma, principalmente, nas escolas superiores. Trata-se, de uma campanha que deve ser iniciada pela formação do ambiente, pela educação do público e pela conquista da opinião pública, por todos os meios de propaganda. A promoção dessa propaganda deve ser realizada pelas associações civis, a exemplo dos americanos. As instituições escolares são visadas “(...) sabido que a alma acolhedora e entusiasta da mocidade facilmente se apaixona por um ideal nobre e belo” (1929a, p. 23-24).

Ao propor como premissa do urbanismo, a formação do caráter do “cidadão útil à pátria”, Anhaia Mello passa a formular propostas que visavam a internalização de hábitos de vida da cidade industrial e à suavização dos impactos emocionais e psicológicos, gerados pela vivência nos grandes centros urbanos modernos.

A “experiência moderna” tem como palco a nova paisagem urbana “desenvolvida, diferenciada e dinâmica” e é possibilitada pela atmosfera que ali se instaura:

Essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e

autodesordem, fantasmas na rua e na alma – é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna. (BERMAN, 2007, p.28)

Das questões urbanas, emergem as preocupações com o impacto psicológico produzido pela adaptação à vida nos grandes centros urbanos que surgem na modernidade. Já no início do século XX esta problemática era objeto de análise de Georg Simmel. Em 1902, o sociólogo realiza uma reflexão sobre as relações entre a vida mental do cidadão e a metrópole urbana em desenvolvimento, entre o indivíduo que nela habita e as diversas forças sociais que, exteriores, incidem sobre ele (HADLER, 2009, p.135).

Munford (1952), ao analisar as benevolências e maledicências do advento da técnica e de seus efeitos sobre a formação da subjetividade humana, nos apresenta como “o maior problema do nosso tempo” a necessária restauração do equilíbrio e da integridade do homem moderno que, conforme sua análise, “segue cada vez mais a máquina como modelo” (MUNFORD, 1952, p.16-17), e assim submete sua relação com o espaço urbano e suas relações inter-pessoais. Sobre a modernidade, esclarece:

Em semelhante mundo, a vida espiritual do homem fica confinada à parte que, direta ou indiretamente, serve a ciência e a técnica: todos os outros interesses e atividades do indivíduo são reprimidos como “não objetivos”, emocionais e, conseqüentemente, não reais. Esta decisão, na realidade, baniu a arte, porque a arte é uma das esferas essenciais das atividades humanas autônomas e criativas. (MUNFORD, 1952, p.17)

A formação da subjetividade humana desta forma é identificada com “o trivial, o frívolo, o turbulento e o irracional” devendo ser disciplinada e resoluta.

Anhaia Mello, preocupado com o acelerado crescimento da cidade, defendeu a regulação e regulamentação das atividades de produção do espaço urbano filiada a corrente do urbanismo defensora da organização do território atrelada a uma forma de organização da sociedade. Em suas propostas estava presente, sobretudo, a defesa do que denominou *humanização* das condições de vida das famílias operárias:

A preocupação com a democratização destes espaços de lazer estava relacionada com os efeitos psicológicos positivos a eles associados. Além de proporcionar aos cidadãos uma maior participação na vida em sociedade, atuava na harmonização dos “impulsos humanos”, desgastados pela árdua rotina de trabalho ou mesmo pelo esforço em tornar-se sociável, o que para Anhaia Mello significava abdicar de um posicionamento individual em relação à vida, visando uma pacífica convivência em grupo. (TIMÓTEO, 2007, p. 2)

As atividades esportivas, as brincadeiras infantis, o passeio familiar seriam os maiores aliados na ação disciplinadora de formar cidadãos úteis à pátria. A proposta apresentava, explicitamente, intenções educativas e de controle social, pois pretendia a “cooptação da opinião pública”, tanto por trabalhar de forma intencional a correção do que chamava “desvios comportamentais”, quanto porque criava novos parâmetros culturais para o convívio social (TIMÓTEO, 2008. p. 18.). Tratava-se de “um eficiente método para lidar com uma população, até então ‘pouco’ capturada pelas normas da cidade moderna, aos olhos do profissional detentor do conhecimento especializado” (TIMÓTEO, 2008. p. 18). Jhoyce Timóteo destaca que Anhaia Mello considerava o controle do ambiente insuficiente para atuar de forma positiva no comportamento dos habitantes. Era necessário “auxiliá-los a respeito do controle psicológico dos impulsos humanos” (TIMÓTEO, 2008. p. 66).

O conceito de “cidadão útil à pátria” exprime a compreensão de um cidadão disciplinado para a atuação no ambiente de trabalho, porque já passou pelo processo de “normalização de seus impulsos humanos, adequando seu comportamento às exigências de um convívio social harmônico” (TIMÓTEO, 2008. p. 97).

A preocupação com a democratização destes espaços de lazer estava relacionada com os efeitos psicológicos positivos a eles associados. Além de proporcionar aos cidadãos uma maior participação na vida em sociedade, atuava na harmonização dos “impulsos humanos”, desgastados pela árdua rotina de trabalho ou mesmo pelo esforço em tornar-se sociável, o que para Anhaia Mello significava abdicar de um

posicionamento individual em relação à vida, visando uma pacífica convivência em grupo. (PÓVOA, 2007, p. 2)

A proposta de lazer é claramente definida como uma proposta de formação e apresenta de forma explícita suas intenções educativas e de controle social. Na definição do urbanista, este sistema de recreio ativo e organizado era “fundamental à sociedade por se tratar de um antídoto à civilização” (PÓVOA, 2007, p. 2).

É possível identificar nas ideias de Anhaia Mello duas vertentes principais que atuam como imperativos educacionais: a que contempla ações de propaganda, sobretudo nas escolas e em associações cívicas, bem como o incitamento do anseio cívico e moral da população (entendida como *povo* e *opinião pública*), e aquela que elabora propostas de intervenção no espaço urbano enquanto lócus que atuam na normatização do comportamento do cidadão e como agentes que atenuam os efeitos psicológicos da vida moderna.

[considerações finais]

As ideias de Anhaia Mello publicadas nos anos da década de 1920 inserem-se no contexto de difusão de projetos que priorizavam a atuação sobre a sociedade num período de reorganização do social e crítica ao sistema de governo republicano. Sua compreensão de urbanismo esteve intimamente atrelada a concepções educacionais, sobretudo pela possibilidade de produzir na população comportamentos adequados à configuração social que se pretendia. Urbanismo para Anhaia Mello deveria ser difundido como um ideário cujo alcance deve ser desejado por todos os cidadãos. Trata-se, portanto, de uma questão de educação, de formação e normatização que se estabelece enquanto imperativo educacional na forma de manuais de propaganda, palestras em associações civis e políticas, ou mesmo, como projetos de intervenção no espaço urbano.

Este trabalho de conclusão de curso abarcou alguns estudos urbanos que tem como tema de análise a problemática da cidade moderna, quando atrelada a formação do cidadão num novo contexto sócio-político-cultural. A partir do exposto, podemos identificar confluências entre ideias educacionais e urbanas no pensamento de Anhaia Mello e também nos projetos de moralização do espaço urbano elaborados por membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), em sua maioria engenheiros. Os referenciais teóricos e técnicos desenvolvidos tanto no campo da educação, quanto no campo do urbanismo, fundamentaram projetos políticos que à época, priorizaram a formação do cidadão brasileiro, dentro de um projeto de *nação*.

Este estudo evidenciou a importância de se perceber como as ideias educacionais perpassavam o pensamento de engenheiros que se dedicaram a elaborar propostas de intervenção na cidade, em especial nos anos iniciais do século XX. Apontamos, portanto, uma necessária problematização dos debates educacionais e urbanísticos no período com o aprofundamento destas questões.

[referência bibliográfica]

Bibliografia

ARASAWA, Carlos Hiro. *A Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, 1999.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: *Espaço e Debates*, n. 34, 1992.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras: Companhia de Bolso, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. As múltiplas linguagens do urbanismo em Luiz de Anhaia Mello: técnica, estética e política. In: SEIXAS, Jacy; CERASOLI, Josianne; NAXARA, Márcia. (Orgs) *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.

_____. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos estudos urbanos (Conferência). *XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos*. São Paulo, 2011.

_____. Projetos políticos nas interpretações do Brasil da primeira metade do século XX. In: *Revista de História - edição especial*, 2010a, p.187-214.

_____. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: Simone Lucena Cordeiro. (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. 1ªed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010b, v. , p. 15-38.

_____. Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. de Anhaia Mello in: *Anais do II Congresso Internacional de História Urbana*. Campinas: PUCCAMP, 2009.

_____. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940 In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e Progresso*. Cultura Brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. As Sete Portas da Cidade. In: *Espaço e Debates*, v. 34, p. 10-15, 1991.

_____. *Liberalismo: Ideologia e Controle Social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH, USP, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; Gianfranco PASQUINO; Dicionário de Política. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista. SP: EDUSF, 1998.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003.

CERASOLI, Josianne Francia. Títulos e Braços: ensino politécnico e projetos políticos no Brasil. *Comunicações (UNIMEP)*, v. v.14, p. 87-100, 2008.

_____. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

_____. *A grande cruzada: engenheiros e engenharias na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

FISCHER, Sílvia. *Os arquitetos da Poli. Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Trilhos da modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos*. Doutorado (Tese em Educação). FE/UNICAMP. Campinas, SP: 2007.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Palavras da Cidade*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. *Problemas de Urbanismo: Bases para a resolução do problema técnico*. Publicação do Boletim do Instituto de Engenharia, 1929a.

_____. *Problemas de Urbanismo: O recreio activo e organizado das cidades modernas*. Publicação do Boletim do Instituto de Engenharia, 1929b.

MONARCHA, Carlos. *Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. *A reinvenção da cidade e da multidão*. Dimensões da modernidade no Brasil: Escola Nova. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1990.

MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MUNFORD, Lewis. *Arte e Técnica*. São Paulo: Edições 70, 2001.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Iphigênia. 31 de Dezembro de 1893.

Revista de Engenharia, V.1 Ibidem, p.1

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

SEGAWA, H. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SIMÕES Jr., José Geraldo. *Anhangabaú: História e urbanismo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

TEITELBAUM, Kenneth, APPLE, Michael. Clássicos: John Dewey. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp. 194-201, Jul/Dez 2001.

TIMOTEO, Jhoyce Pova. *A cidade de São Paulo em “Escala Humana”*. Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008.

_____. Luiz de Anhaia Mello: um pensamento constituído por “diversos mundos que se tocam e se interpenetram”. In: *URBANA*, ano 2, nº 2, 2007, Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOPALOV, Cristian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; POCHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Sites

<http://www.abe1924.org.br/>

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_revolucao/index.php

ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm